

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: A ESCOLARIZAÇÃO SOB ATAQUE

Maria da Conceição Calmon Arruda
UERJ/FIOCRUZ/Brasil
conceicaocalmon@gmail.com

Lucília Augusta Lino
UERJ/Brasil
prof.lucilia.uerj@gmail.com

Introdução

Vivenciamos, no Brasil, desde 2016, um movimento de inflexão das políticas públicas de educação que tinham como horizonte a democratização e a permanência do alunado no sistema público de ensino, em que se acentua a inversão dos sentidos de público e do dever constitucional do Estado com a oferta educacional.

Em trabalhos anteriores (ARRUDA; LINO, 2019; LINO; ARRUDA, 2018; 2021) sinalizamos o caráter disruptivo dessas políticas, e aqui destacamos a associação destas com a agenda defendida por neoconservadores e neoliberais. Essas duas correntes de pensamento, apesar das origens históricas diversas, condenam como excessiva a intervenção estatal na economia e advogam o Estado Mínimo como solução para as últimas crises do capital.

A especificidade da crítica dos neoconservadores é que associam a pseudo-crise de valores da sociedade à interferência do Estado em questões de âmbito privado e à oferta de programas sociais. Segundo a ótica conservadora, a organização e a interferência do Estado em prol de “um igualitarismo pervertido e abstrato” (MOLL, 2015, p. 2) teria se espalhado para a vida privada, usurpando, indevidamente, papéis tradicionalmente assumidos pela família, pela religião e pela comunidade. Assim, disseminam que o enfraquecimento dessas instituições afeta os jovens, que “passaram a valorizar a leniência, a dependência, o consumo de drogas, a pornografia e o sexo” (MOLL, 2015, p. 2), incutindo nas famílias um pânico moral, utilizado como estratégia da campanha política.

Os neoconservadores também criticam os programas sociais voltados para a população mais empobrecida, mesmo que estes tenham caráter universal. Defendem, ainda, que os

governos tenham como norte a adoção de políticas neoliberais conjugadas com a defesa dos valores tradicionais burgueses.

A questão moral não é uma bandeira do neoliberalismo, a bússola que o orienta é o mercado. Assim, políticas de cunho neoliberal transitam, sem constrangimento, em diferentes regimes de governo. O neoliberalismo tende a apoiar ações progressistas, desde que não contrariem seus interesses, mas, também, se alinha, sem constrangimento, ao neoconservadorismo em cenários que favoreçam a adoção de políticas alinhadas com o seu ideário e com a redução do tamanho do Estado.

Cabe destacar que empresários neoliberais e neoconservadores vem desenvolvendo globalmente estratégias de financiamento, de formação de lideranças e de divulgação de suas propostas através de institutos e fundações próprios (AMARAL, 2015; MOLL, 2015). Muitas dessas instituições integram redes globais das quais recebem recursos financeiros e suporte ideológico.

Não faremos aqui uma análise profunda dessas correntes de pensamento, mas destacamos sua influência no deslocamento do Estado brasileiro de seu dever constitucional de ofertar uma escola básica pública de qualidade para atuar como mero gestor do processo de centralização e padronização, via avaliações em larga escala e o controle curricular da educação básica e da formação de professores. Um deslocamento que atende aos interesses do mercado, especificamente aos setores que tem e compreendem a oferta educacional, reduzida ao processo de ensino-aprendizagem, como mercadoria.

A inflexão

Sabemos que qualidade é um termo políssemico, que remete a realidades diversas, contudo é nos sentidos de público que centramos nossa análise, já que o Estado brasileiro vem reconfigurando a Educação Básica em um processo estruturado sob a lógica do Estado Mínimo.

Para que tal reconfiguração educacional – que Freitas (2018) denomina de reforma empresarial da educação – se materialize, e assegure a distância social em relação aos pobres – ameaçada pela democratização do acesso ao ensino superior – é importante

afastar do Governo as forças progressistas que ampliaram as possibilidades de uma escolarização mais longa. Urde-se um Golpe de Estado que garanta que o mercado – reduto da elite econômica – possa se apropriar “do aparelho de Estado”, e usar “o poder de Estado de modo a assegurar a perpetuação de seus privilégios” (SOUZA, 2019, p.207). Segundo o autor, a elite dominante coloca o foco das mazelas do país na corrupção do Estado, mas apenas quando dirigido por partidos de esquerda, se estes promovem quaisquer ações de bem-estar voltadas para as camadas populares, ignorando a corrupção estatal quando empreendida por partidos de centro e direita, atendendo aos ditos interesses do mercado.

Há um claro movimento de redução da presença do Estado no financiamento da educação (EC 95/2016), na regulação de padrões mínimos na oferta da Educação Básica (Novo Ensino Médio – NEM e BNCC), no estabelecimento de condições ideais para a livre atuação (sem regulação estatal) da iniciativa privada na oferta de itinerários formativos para o NEM, para confecção e oferta de livros didáticos calcados na BNCC etc.

A organicidade com que essa cinesia foi conduzida nos dois governos que se seguiram ao *impeachment* da Presidente Dilma, sinaliza a importância que a reversão das conquistas no campo da educação assumiram nestes mandatos e a premência em adequar o sistema de ensino à lógica do capitalismo tardio, de modo a (con)formar o tipo humano adequado a essa sociabilidade.

Algumas dessas políticas propiciaram ao setor privado da educação um ambiente adequado para a sua manutenção e expansão, seja no que diz respeito à reconfiguração das relações trabalhistas (Reforma Trabalhista), seja pela desarticulação de mecanismos de controle (falta de balização dos livros didáticos do PNLD, pseudo padronização curricular da BNCC, flexibilização da oferta de um secundário minimalista e esvaziado de significado social etc).

A configuração do NEM viabiliza e chancela a redução da presença do Estado na oferta da escolaridade obrigatória e a inserção da iniciativa privada na formação secundária, pela via de parcerias público privadas. No campo da reformulação curricular, o binômio NEM/BNCC, ao propor a superação da noção de disciplinas, retira do Estado a

responsabilidade de contratar professores/suprir lacunas de falta de professores nas redes públicas de ensino e quiçá da proposição e o desenho de políticas públicas de incentivo à formação docente.

Outra questão é a demanda, antiga, do empresariado por uma formação mais próxima da dinâmica do capitalismo tardio, privilegiando uma formação flexível, que rompesse com a noção de trajetória escolar de longa duração. O que dialoga com a lógica neoliberal que questiona e se opõe ao custeio, pelo Estado, de escolarização prolongada.

Para os liberais a oferta de formação escolar de longa duração pelo Estado representa uma competição injusta/indevida com aqueles que custeiam sua formação. Além disso, os liberais querem evitar o risco de formar uma massa proletária escolarizada desempregada que pode vir a desestabilizar o sistema ao demandar por maior integração socioeconômica e cultural (HAYEK, 1983).

E se, em um primeiro momento, essa inversão do dever do Estado foi apresentada como uma solução para atenuar a crise fiscal do Estado brasileiro (EC 95/2016), uma das primeiras ações pós-impeachment, o conjunto de medidas e atos legais que se seguiram possibilitaram montar um mosaico orgânico de políticas públicas de educação regressivas que dialoga com teses caras ao pensamento neoconservador e neoliberal.

Sínteses provisórias

Esse mosaico sinaliza uma ruptura com a proposta de ampliação da escolarização média da população associada à oferta de uma educação básica pública, socialmente referenciada, que vinha sendo sendo construída a partir da Carta Constitucional de 1988, e sua substituição por uma formação que tem como horizonte o trabalho simples e o deslocamento, para o indivíduo, da responsabilidade pela sua formação. Nesse movimento de transmutação das noções de autonomia e liberdade de escolha, já que essas praticamente inexistem nas configurações das redes públicas de ensino brasileiras e a própria legislação reconhece isto ao circunscrever a possibilidade de escolha do alunado (pseudo autonomia e liberdade) à realidade concreta destas redes, vemos concretamente o direito à educação ameaçado.

Em síntese, evidenciamos que as mudanças curriculares em curso, que atingem,

especificamente, a educação básica e a formação de professores se coadunam com a redução da responsabilização do Estado pela oderta educacional e a (con)formação da juventude e da sociedade aos interesses do mercado, isto é da elite econômica, que tem se apropriado do Estado, para perpetuar seus privilégios e classe. A educação tem papel central nessa proposta de esvaziamento do significado social da educação no sentido da emancipação e da superação das desigualdades sociais.

Referências Bibliográficas

AMARAL, M. *A nova roupa da direita*. Agência Pública (apublica.org). 2015.

ARRUDA, M. C. C.; LINO, L. A. Políticas públicas de educação e (des)escolarização: ressignificação dos sentidos de escola In: *Anais do XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação*, [Livro Eletrônico]. Brasília: ANPAE, 2019, p.284-287.

FREITAS, L.C. de. *A reforma empresarial da educação*. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

HAYEK, F. *Os Fundamentos da liberdade*. São Paulo: Visão, 1983.

LINO, L. A.; ARRUDA, M. C. C. Formação de professores e a BNCC: novas diretrizes, velhos projetos In: *Anais XXX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação*, 2021.

LINO, L.; ARRUDA, M. C. C. Retrocessos e contrarreforma educacional: um ensaio sobre exclusão social em tempo de golpes. *Movimento-Revista de Educação*, Niterói, ano 5, n.8, p.07-42, jan./jun. 2018.

MOLL, R. *Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?* Unesp, 2015. 8 p. Disponível em: <https://ieei.unesp.br/portal/>. Acesso em 14 out. 2022.

SOUZA, J. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2019.